



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2013

CARTA DO PRESIDENTE
A Assembleia Geral Ordinária aprovou, no dia 27 de março de 2014, as contas relativas ao exercício de 2013 e o respectivo relatório de atividades.
O trabalho descrito no relatório e os valores apresentados adquirem importância, quando se conhecem os objetivos e a qualidade dos projetos com os quais se compromete a instituição.
A Associação Pela Família, fiel à sua missão, empenha-se, com competência e eficácia, em contribuir para a educação das crianças, jovens e adultos com os quais trabalha, atenta ao aperfeiçoamento dos profissionais que sustentam o seu trabalho.
Anima a todos os seus membros, voluntários e contratados, a convicção de colaborar na difícil tarefa da transformação da sociedade, de modo que ela seja justa e solidária. Visando a esse objetivo maior, destacamos no exercício de 2013:

- Institucional:** realização da Assembleia Geral, no mês de agosto, para a eleição do novo corpo diretivo, que, dando continuidade aos projetos iniciados na gestão anterior, desenvolveu a gestão participativa, aproximando em grupos-tarefa, associados e profissionais das diferentes unidades. Houve reforma do Estatuto Social da entidade.
- Serviço Educacional:** além do trabalho conjunto de estudo e elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional, realizado por representantes de todas as unidades, merecem menção:
 - Escola Nossa Senhora das Graças - Gracinha:** comemoração dos seus 70 anos de atividades, com a participação de toda a comunidade e registro de sua história no livro: *70 anos, um mosaico de histórias*.

Realizou importante projeto de modernização tecnológica e prepara-se para iniciar obra em imóvel adquirido, para ampliação e melhoria de suas atividades. Durante o ano, a equipe pedagógica preparou a implantação, em 2014, da educação em período complementar para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.
b) Nova Escola: além do trabalho cuidadoso de renovação e formação do corpo docente, foi criada um grupo com a participação de professores, para apoiar as atividades, em especial para a criação da Educação Infantil em período complementar, incluindo a adequação do espaço destinado a essas novas turmas e a busca de equilíbrio financeiro.
c) Centro Educacional Colibri: foram criados os *Quintais da Educação Infantil*, com o objetivo de integrar o trabalho de crianças de 3 a 5 anos, oferecendo-lhes a oportunidade de desenvolver a autonomia, compartilhando o aprendizado. Finaliza investimentos para atender alunos do 5º ano.
3) Serviço Socioassistencial:
a) Centros de Convivência Clarisse e Gracinha: onde foram realizadas ações que visam não só assegurar o fortalecimento de vínculos familiares e o convívio social, como também promover o acesso ao serviço público, estimulando a formação da consciência cidadã.
b) Projeto Passarim: as atividades de música realizadas com crianças e adolescentes dos Centros de Convivência têm encantado os integrantes, familiares e comunidade, ampliando-lhes o repertório cultural, o senso estético e o compromisso com o trabalho conjunto.
4) Gestão: são relevantes os estudos e a atuação do:

- Núcleo Administrativo, cuja tarefa é acompanhar, propor e avaliar as atividades de todas as unidades,

buscando seu aperfeiçoamento e a criação de novas formas de serviço.
b) Administração Corporativa, responsável pelo planejamento, coordenação e controle dos processos administrativos e dos departamentos de planejamento, financeiro e contábil, recursos humanos e tecnologia da informação.
c) Relações Institucionais, responsável pela comunicação e captação de recursos.
d) Conselho Consultor e Comitê Gestor, criados para apoio e fortalecimento pedagógico e administrativo o Nova Escola.
 A verba destinada à filantropia, nesse exercício, merece destaque, pois alcançou o total de 6,9 milhões de reais, assim distribuídos: 5,4 milhões de reais referentes à concessão de bolsas nas escolas, beneficiando 349 crianças e adolescentes; 1,5 milhão de reais referentes à manutenção dos Centros de Convivência, onde foram atendidas 363 crianças e adolescentes, e 260 famílias. Esses valores ultrapassam em 11% o previsto na legislação, evidenciando assim o compromisso social da Associação Pela Família.
 Encerrando o exercício de 2013 e começando o de 2014, fica a palavra de agradecimento e incentivo a todos os que constituem a Associação Pela Família.
 Seja a nossa atuação competente, lúcida e criativa diante dos desafios, e plena de esperança, pois *"a educação não transforma o mundo; a educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo"* (Paulo Freire). Um mundo de paz e fraternidade, como é a aspiração de todos.
Claudio Damasceno
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

ATIVO	Nota Explicativa	2013	2012
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos com Movimento		324.825	665.997
Aplicações Financeiras	4	12.452.160	11.132.110
Mensalidades a Receber	5	3.978.024	3.736.810
Contas a Receber		46.652	47.269
Adiantamentos	6	363.380	308.216
Despesas Antecipadas		85.449	6.295
Total do Ativo Circulante		17.250.490	15.896.697
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		21.332	14.732
Depósito Caução		21.000	21.000
Contas a Receber - LP		8.220	-
Imobilizado	7	27.982.363	27.909.828
Intangível	8	297.546	184.778
Total do Ativo não Circulante		28.330.461	28.130.338
TOTAL DO ATIVO		45.580.951	44.027.035

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota Explicativa	2013	2012
CIRCULANTE		
Fornecedores	840.841	371.179
Contas a Pagar	65.893	60.834
Obrigações Sociais	636.648	560.785
Obrigações Fiscais	34.123	38.042
Provisões de Férias	1.655.515	1.483.289
Receitas Antecipadas	1.262.397	1.099.960
Total do Passivo Circulante	4.495.417	3.624.089
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo Prazo		
Provisões de Obrigações Trabalhistas e Fiscais	42.026	40.099
Total do Passivo não Circulante	42.026	40.099
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	
Fundo Social	39.960.133	37.279.478
Fundo Patrimonial	402.714	402.714
Superávit do Exercício	680.661	2.680.655
Total do Patrimônio Líquido	41.043.508	40.362.847
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.580.951	44.027.035

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

	2013	2012
Receitas		
Receita com Atividade Educacional	31.782.644	30.089.317
(-) Cancelamento de Anuidade Escolar	(3.287)	-
Venda de Imobilizado	-	33.000
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Despesas Gerais, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros	(5.397.015)	(4.631.027)
Valor Adicionado Bruto	26.382.342	25.491.290
Retenções		
Depreciação, Amortização e Provisão	(939.220)	(1.305.399)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	25.443.122	24.185.891
Valor Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	1.007.668	1.560.291
Convênios	737.610	654.147
Doações e Parcerias	106.229	68.324
Outras Receitas Operacionais	1.272.559	1.077.079
Valor Adicionado Total a Distribuir	28.567.188	27.545.732
Gratuidade - Atividade Educacional	5.435.305	19,0
Gratuidade - Atividade Socioassistencial	2.372.804	08,3
Pessoal, Encargos e Benefícios	19.905.812	69,7
Impostos, Taxas e Contribuições	82.484	00,3
Despesas Financeiras	90.122	00,3
Superávit Retido / Déficit do Exercício	680.661	100,4
Total do Valor Distribuído	28.567.188	27.545.732

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

Nota Explicativa	2013	2012
Receita Bruta Educacional		
Anuidade Escolar	31.782.644	30.089.317
Atividades Relacionadas	1.104.198	1.018.402
Outras Receitas	168.361	215.459
Total	33.055.203	31.323.178
Deduções da Receita Educacional		
(-) Cancelamento de Anuidade Escolar	(3.287)	-
Total	(3.287)	-
Receita Líquida Educacional	33.051.916	31.323.178
Custo com Gratuidade - Atividade Educacional		
(-) Bolsas 100%	(4.901.839)	(3.911.295)
(-) Bolsas 50%	(482.328)	(529.683)
(-) Bolsas outros %	(51.138)	(150.118)
Total	(5.435.305)	(4.591.096)
Custo Educacional		
(-) Custos com Pessoal, Encargos e Benefícios	(19.804.280)	(17.710.575)
(-) Custos Pedagógicos	(996.731)	(659.628)
(-) Custos com Estrutura, Geral e Manutenção	(4.264.668)	(3.959.335)
(-) Custos com Amortização e Depreciação	(753.213)	(1.305.399)
(-) Outros Custos	(471.797)	(131.576)
Total	(26.290.689)	(23.766.513)
Isenções Usufruídas	11	5.983.328
(-) COFINS se Devido Fosse	11	(953.381)
(-) INSS se Devido Fosse	11	(4.842.308)
(-) PIS se Devido Fosse	11	(187.639)
Superávit / Déficit Serviço Educacional	1.325.922	2.965.569

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

Nota Explicativa	2013	2012
Receita Socioassistencial		
Convênios	737.610	654.147
Parcerias	91.170	40.583
Doações	15.059	27.741
Total	843.839	722.471
Custo com Gratuidade - Atividade Socioassistencial		
(-) Custos com Pessoal, Encargos e Benefícios	(1.303.755)	(1.367.451)
(-) Custos Pedagógicos	(349.802)	(258.230)
(-) Custos com Estrutura, Geral e Manutenção	(660.212)	(726.958)
(-) Custos com Amortização e Depreciação	(44.880)	(45.849)
(-) Outros Custos	(14.155)	(4.099)
Total	(2.372.804)	(2.402.587)
Receita com Trabalho Voluntário	5.579	8.308
(-) Despesa com Trabalho Voluntário	(5.579)	(8.308)
Isenções Usufruídas	11	266.415
(-) INSS se Devido Fosse	11	(257.345)
(-) PIS se Devido Fosse	11	(9.070)
Superávit / Déficit Socioassistencial	(1.528.965)	(1.680.116)
Receitas e Despesas Operacionais		
(-) Despesas com Pessoal, Encargos e Benefícios	(101.532)	-
(-) Despesas Tributárias	(491)	-
(-) Despesas com Estrutura, Geral e Manutenção	(14.507)	-
(-) Despesas com Amortização, Depreciação e Provisão	(861)	-
(-) Despesas Financeiras	(137)	-
(+) Receitas Financeiras	1.007.668	1.395.202
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(6.436)	-
Total	883.704	1.395.202
Superávit / Déficit do Exercício	680.661	2.680.655
Resultado Abrangente	680.661	2.680.655

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superávit (Déficit) do Período	680.661	2.680.655
Aumento (Diminuição) dos Itens que não Afetam o Caixa:		
Depreciação, Amortização e PCLD	1.121.515	1.526.508
Baixa de Ativos Imobilizados	348.376	57.594
Depreciação dos Bens dos Imobilizados Baixados	(335.755)	(41.395)
Superávit Ajustado	1.814.797	4.223.362
Redução (Aumento) do Ativo		
Mensalidades a Receber	(426.358)	(1.320.619)
Contas a Receber	11.452	4.529
Adiantamentos	(55.164)	(75.719)
Despesas Antecipadas	(79.155)	(3.604)
Depósitos Judiciais	(6.600)	-
Outros Valores a Receber	(19.955)	(12.933)
Total	(574.880)	(1.408.006)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	469.662	(2.141)
Contas a Pagar	5.060	24.651
Obrigações Sociais	75.863	66.259
Obrigações Fiscais	(3.918)	(390)
Provisão de Férias	162.226	183.543
Provisão Trabalhista / Fiscal	1.926	(9.902)
Receitas Antecipadas	162.437	465.050
Total	873.256	727.070
Geração (Utilização) de Caixa das Atividades Operacionais	2.113.173	3.542.426
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisições de Ativos Imobilizados	(954.200)	(4.469.345)
Aquisições de Ativos Intangíveis	(180.094)	(139.224)
Geração (Utilização) de Caixa em Atividades de Investimentos	(1.134.294)	(4.608.569)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes		
Caixa e Equivalentes no Início do Período	11.798.106	12.864.249
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	12.776.985	11.798.106
Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes	978.879	(1.066.143)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

	Fundo Social	Fundo Patrimonial	Superávit do Exercício	Total
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2011	33.810.948	402.714	3.468.530	37.682.192
Transferência de Resultado Anterior	3.468.530	-	(3.468.530)	-
Fundo Patrimonial	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	2.680.655	2.680.655
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2012	37.279.478	402.714	2.680.655	40.362.847
Transferência de Resultado Anterior	2.680.655	-	(2.680.655)	-
Fundo Patrimonial	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	680.661	680.661
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2013	39.960.133	402.714	680.661	41.043.508

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

	Fundo Social	Fundo Patrimonial	Superávit do Exercício	Total
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2011	33.810.948	402.714	3.468.530	37.682.192
Transferência de Resultado Anterior	3.468.530	-	(3.468.530)	-
Fundo Patrimonial	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	2.680.655	2.680.655
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2012	37.279.478	402.714	2.680.655	40.362.847
Transferência de Resultado Anterior	2.680.655	-	(2.680.655)	-
Fundo Patrimonial	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	680.661	680.661
SALDO 31 DE DEZEMBRO DE 2013	39.960.133	402.714	680.661	41.043.508

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA, também designada pela sigla ASPF, é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 50.517/61 de 02/05/61, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 540 de 07/11/72, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 9.892 de 13/03/72 alterado pelo Decreto nº 44.907 de 23/06/04. Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e também os seus serviços socioassistenciais junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), sob nº 611/12 e 612/12, respectivamente para os Centros de Convivência Gracinha e Clarisse Ferraz Wey. Com relação ao Programa Caminho Novo, a inscrição solicitada sob protocolo nº 613/12 continua em análise. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) foi protocolado tempestivamente no Ministério da Educação através do Processo nº 23000.009615/2012-49, de 27/08/12, correspondente ao requerimento de RENOVAÇÃO, aguardando análise até a presente data. A ASPF tem como finalidade a prestação de serviços nas áreas de educação, cultura e assistência social. Em 2013 a instituição manteve o trabalho em 3 (três) escolas e 2 (dois) centros de convivência: **Escolas:** Centro Educacional Colibri: educação infantil e ensino fundamental, com turmas de 1º a 4º ano. • Escola Nossa Senhora das Graças: ensino fundamental e ensino médio. • Nova Escola: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. **Centros:** • Centro de Convivência Clarisse Ferraz Wey. • Centro de Convivência Gracinha.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, as quais abrangem a legislação societária brasileira, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.947/09, e especificamente a Resolução CFC 1.409/12 de 21/09/12 (NBC ITG 2002), aplicável à entidade sem finalidade de lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS: a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. b) **Apuração do superávit / déficit do exercício:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. c) **Ativos circulantes e não circulantes:** c.1) **Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa:** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. c.2) **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. c.3) **Mensalidades a receber e provisões para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço, pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, considerando o regime de competência de exercício. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos. c.4) **Ativo imobilizado:** Esses ativos correspondem aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Entidade. São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens.

Obras em Andamento: As construções em andamento são constituídas pelo custo das aquisições, mão de obra e materiais. Para fins de atender à Resolução CFC 1.409/12 (NBC ITG 2002), contratamos o serviço especializado para a revisão das vidas úteis, e estamos trabalhando de acordo com o laudo emitido, que determinou que as taxas de depreciação fossem mantidas, exceto para o grupo de edifícios que passou de 4% a.a para 2,5% a.a. **c.5) Ativo Intangível:** Esses ativos correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **Redução ao valor recuperável:** Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado e ativo intangível. Portanto, a Entidade não identificou nenhuma evidência que justifique a necessidade de provisão. **d) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, quando aplicável. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **e) Atividade socioassistencial:** A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA integra a rede de associações assistenciais da: • Entidades Conveniadas - CRAS - Butantã; • Centro de Voluntariado de São Paulo. **e.1) Custos com gratuidade:** Os custos com a atividade socioassistencial gratuita foram efetuados nos Centros de Convivência Clarisse e Gracinha que prestam serviços



CNPJ/MF nº 61 330 817/0001-12

www.aspf.org.br



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em Reais - R\$

10.2 Convênios: A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA manteve convênios com:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), processos números:

- 2013.0.002.135-3 - Centro de Convivência Clarisse Ferraz Wey - vigência até 31/03/2015, montante recebido de R\$ 317.117.

- 2013.0.002.134-5 - Centro de Convivência Gracinha - vigência até 31/03/2015, montante recebido de R\$ 420.493.

10.3 Parcerias: A ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA manteve parcerias com: Ministério da Cultura, no Centro de Convivência Gracinha, relativo ao Prêmio Pontinhos de Cultura, recebido em 2012, mantendo-se o saldo de R\$ 2.207. Embraccon Administração de Consórcios Ltda., nos Centros de Convivência Gracinha e Clarisse, referente ao Projeto Passarim (orquestra, canto e coral), recebemos em 2013 o saldo de R\$ 29.408, que foi totalmente aplicado.

Ainda com a Embraccon Administração de Consórcios Ltda., no Centro de Convivência Gracinha, registramos o patrocínio para o Projeto Adote um Leitor, no montante de R\$ 35.918, dos quais R\$ 10.324 foram recebidos e aplicados em 2013, restando um saldo de R\$ 25.594. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), no Centro de Convivência Clarisse, para o Projeto Brincar e Aprender, no montante de R\$ 51.449.

10.4 Doações: Em 2013, a Entidade recebeu em doações de pessoas físicas e jurídicas o total de R\$ 15.059, sendo:

R\$ 11.206 de crédito da Nota Fiscal Paulista;

R\$ 2.623 de transporte, recebido do Instituto Candido;

R\$ 1.230 doações diversas.

11. ISENÇÕES USUFRUÍDAS: Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, a Entidade Beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

A ASPF usufruiu em 2013 o montante de R\$ 6.249.743, detalhado abaixo:

Contribuição Patronal	3.934.915
RAT	203.597
Terceiros	885.356
INSS s/Autônomos	71.971
INSS s/Cooperativa	3.814
COFINS	953.381
PIS	196.709
Total	6.249.743

Quanto à Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), não se aplica, pois a ASPF não possui "lucro".

12. PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS: A Entidade foi autuada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em 28 de fevereiro de 1996, pelo não recolhimento da cota patronal de maio de 1988 a janeiro de 1996, sob alegação de que a Entidade não possuía o título de Utilidade Pública Federal, expedido pelo Ministério da Justiça referente àquele período. Através de pedido de anulação da lavratura dos Autos junto à Gerência Regional de Arrecadação e Fiscalização do INSS - Pinheiros, foram analisadas e julgadas parcialmente improcedentes as Notificações Fiscais de Lançamentos de Débito - NFLD nºs 31.838.667-4 e 31.838.668-2. Estão ainda em trâmite no INSS os processos referentes às NFLDs nºs 31.838.669-90 e 31.838.670-4, compreendendo apenas o período entre maio de 1988 e outubro de 1993, visto que os períodos posteriores (novembro de 1993 a janeiro de 1996) foram considerados improcedentes. O valor nominal considerado nas causas é de R\$ 3.310.720, para os quais foram oferecidos como garantia 2 (dois) terrenos com benfeitorias, localizados no município do Embu - SP. Não é possível no momento prever o desfecho das ações acima, e o Juiz, quando do julgamento, verificará a aplicação da Súmula Vinculante nº 8.

13. PROCESSOS FISCAIS: 13.1 Imposto de Renda Retido na Fonte e Imposto Sobre Operações Financeiras: A Entidade possui liminares impetradas junto à Justiça Federal contra a retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte e Imposto Sobre Operações Financeiras, por ocasião do resgate dos rendimentos de suas aplicações financeiras, conforme determina o artigo 12º da Lei nº 9.532 de 11/12/98, incluindo as entidades com imunidade tributária.

13.2 PIS sobre a folha de pagamento: • **Pedido de restituição:** A partir de agosto de 2001, a Entidade está questionando a constitucionalidade da cobrança do PIS sobre a folha de pagamento e pleiteando a restituição dos valores pagos até aquela data, correspondente a R\$ 458.505 (valores originais). Na sentença, o Juiz havia determinado a restituição do PIS, aplicando a prescrição decenal (determinou a restituição dos últimos 10 anos, contados da data do ajuizamento da ação). Contudo, o Tribunal reduziu o período a ser restituído, aplicando a prescrição quinquenal (restituição dos últimos 5 anos, contados da data do ajuizamento da ação). • **Pedido de suspensão:** A Entidade obteve liminar da Justiça Federal, e deixou de recolher e provisionar o referido tributo a partir de agosto de 2001, cujo montante (valor original) até 31/12/2013 é de R\$ 1.486.071. De acordo com o parecer da assessoria jurídica, a sentença declarou a suspensão do recolhimento do PIS sobre a folha de salários. O Tribunal confirmou a sentença, mantendo a suspensão da contribuição.

14. COBERTURA DE SEGUROS: Com a finalidade de atender a medidas preventivas adotadas permanentemente, a ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros nas unidades.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em fevereiro de 2014, obtivemos a informação de que o Supremo Tribunal Federal julgou a inconstitucionalidade da cobrança do PIS, a alíquota de 1% sobre a folha de salário das associações filantrópicas. O nosso processo judicial foi julgado procedente em primeira e segunda instância e estava sobrestado aguardando o julgamento deste processo, que terá efeito vinculante a todos os processos que discutiam este tema.

16. ADEQUAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO: Os valores relativos ao exercício de 2012, constantes da Demonstração do Resultado do Período, estão adequados à legislação contábil vigente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e composto pelo Fundo Social inicial, acrescido dos valores dos superávits, da reavaliação efetuada em exercícios anteriores e diminuído dos déficits ocorridos e do Fundo Patrimonial. O superávit do exercício será destinado à manutenção das atividades, para atender aos dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil da Continuidade da Entidade.

São Paulo, 31 de dezembro de 2013.

ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA

Claudio Damasceno Junior
Presidente - CPF 040.028.258-50

Alcino Junqueira Bastos
Vice-Presidente - CPF 896.907.888-68

Jacqueline Rocha da Costa
Contadora - CRC 1 SP 221.883/0-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASPF

Em reunião ocorrida em treze de março de dois mil e catorze, na presença dos membros do Conselho Fiscal: Paulo Brito Moreira de Azevedo, Guilhermina Paula Santos e do Marcelo de Oliveira Monteiro Diniz Junqueira, da contadora, Jacqueline Rocha da Costa, e da administradora corporativa, Dulce Cristina Beserra Lima, o representante do escritório de auditoria Audisa Auditores Associados, CRC/SP ZSP 024298/0-3, apresentou o relatório contendo as demonstrações contábeis da Associação Pela Família, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, atendendo à legislação contábil vigente e especificamente a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, de 21/09/2012, aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares, compreendendo: balanço patrimonial, com sua demonstração do resultado do período, mutações do patrimônio líquido, demonstrativo do fluxo de caixa, demonstrativo do valor adicionado e notas explicativas. Comentando seu parecer, datado de 12 de março de 2014, o representante da auditoria, Sr. Alexandre Chiaratti do Nascimento, CRC/SP 187.003/0-0 fez uma explanação sobre a consistência e a integridade dos demonstrativos contábeis e sobre as

fases de execução e acompanhamento dos trabalhos que deram origem a esse parecer. Enfatizou que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Enfatizou que os procedimentos e controles internos da Associação Pela Família estão adequados, não havendo recomendações ou mesmo correções a serem efetuadas. Informou que a Entidade demonstrou ter aplicado durante o ano de 2013, valores superiores a 20% (vinte por cento) de sua receita base em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e as isenções das contribuições sociais para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Concluiu informando que as gratuidades concedidas e constantes desses documentos contábeis expressam valor superior às isenções usufruídas.

O Conselho Fiscal, considerando que as demonstrações contábeis e o relatório de análise representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Associação Pela Família, em 31 de dezembro de 2013, destaca o esforço de adequação à nova legislação e a prudência em superar as exigências legais, aprova esses documentos e a respectiva execução financeira e encaminha-os à Assembleia Geral Ordinária da Associação Pela Família para apreciação. Ressalta, no entanto, a preocupação com a situação econômica financeira que começa a ficar delicada e solicita ao Conselho Diretor que apresente estratégias para reverter o cenário.

São Paulo, 13 de março de 2014.

Paulo Brito Moreira de Azevedo
Conselheiro diretor

Guilhermina Paula Santos
Conselheira secretária

Marcelo de Oliveira M. Diniz Junqueira
Conselheiro suplente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da

ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolvida a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a

elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Ênfase
Conforme Nota Explicativa 12, a ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA, em 28 e fevereiro de 1996 foi autuada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS sob alegação de não possuir o Título de Utilidade Pública Federal, expedido pelo Ministério da Justiça e com isso não recolher a Quota Patronal no período de maio de 1988 a janeiro de 1996. Através do pedido de anulação da lavratura dos Autos junto a Gerência Regional de Arrecadação e Fiscalização do INSS, as notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos - NFLD nºs 31.838.667-4 e 31.838.668-2 foram analisados e julgados parcialmente improcedentes. Estão em trâmites as NFLD nºs 31.838.669-90 e 31.838.670-4 sob o valor nominal de R\$ 3.310.720, para os quais foram oferecidos 02 terrenos com benfeitoria localizado no Embu-SP. Aguardando, ainda decisão final sem previsão de desfecho.

Conforme Nota Explicativa 13, a ASSOCIAÇÃO PELA FAMÍLIA possui dois litígios referentes ao PIS sobre folha de pagamento.

1. Pedido de restituição:

A partir de agosto de 2001, a Entidade está questionando a constitucionalidade da cobrança do PIS sobre a folha de pagamento e pleiteou a restituição dos valores pagos até aquela data, correspondente a R\$ 458.505 (valores originais). Na sentença, o Juiz havia determinado a restituição do PIS, aplicando a prescrição decenal (determinou a restituição dos últimos 10 anos, contados da data do ajuizamento da ação). Contudo, o Tribunal reduziu o período a ser restituído, aplicando a prescrição quinquenal (restituição dos últimos 5 anos, contados da data do ajuizamento da ação).

2. Pedido de suspensão:

A Entidade obteve liminar da Justiça Federal, e deixou de recolher e provisionar o referido tributo a partir de agosto de 2001, cujo montante (valor original) até 31/12/2013 é de R\$ 1.486.071. De acordo com o parecer da assessoria jurídica, a sentença declarou a suspensão do recolhimento do PIS sobre a folha de salários. O Tribunal confirmou a sentença, mantendo a suspensão da contribuição.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 12 de março de 2013, com ênfases sobre contribuições ao INSS, PIS.

São Paulo, 12 de março de 2014.

AUDISA
AUDITORES ASSOCIADOS
Audisa Auditores Associados
CRC/SP ZSP024298/0-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador - CRC/SP 187.003/0-0
CNAI - SP - 1620